

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.405.102 - RS (2018/0311957-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : ALVES E LOURENCO LTDA ME
AGRAVANTE : ENOQUE DOS SANTOS LOURENCO
AGRAVANTE : VANIA ALVES LOURENCO
ADVOGADO : ROBERTO MANZONI MALGARIN - RS030044
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA - RS042441
JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI - RS060292
NELSON PILLA FILHO E OUTRO(S) - RS0041666

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. BNDES.

1. Juros remuneratórios. A incidência dos juros está prevista no contrato e a taxa está disponibilizada antecipadamente no portal do BNDES. Caso em que os réus alegam não estar prevista no contrato a taxa de juros utilizada na planilha de cálculo do Banco. É correta a taxa de 0,93% aplicada.

2. Capitalização dos juros. É possível a cobrança da capitalização dos juros em periodicidade inferior a anual, consoante entendimento consolidado do STJ (Resp. nº 1.388.972/SC), impescindindo de expressa previsão contratual. No caso dos autos, como não há cláusula expressa no contrato que prevê a capitalização dos juros, de forma clara e específica, os juros devem ser computados de forma simples sem capitalização.

3. Ônus sucumbenciais. Custas processuais atribuídas em 50% para cada um dos litigantes. Honorários advocatícios fixados em R\$ 1.000,00 para cada litigante.

4. Honorários recursais. Diante do disposto no art. 85, §§ 1º e 11, do Novo CPC, impõe-se o pagamento de honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o proveito econômico alcançado por cada parte, em favor dos respectivos procuradores, tendo em conta o trabalho elaborado.

Nos termos do art. 85, § 16, do Novo CPC, incidirão juros de mora sobre os honorários a partir da data do trânsito em julgado deste acórdão.

APELO DOS RÉUS PARCIALMENTE PROVIDO.

UNÂNIME." (e-STJ, fl. 262)

Foram opostos embargos de declaração às fls. 273/276 (e-STJ), os quais

foram acolhidos, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO BNDES. AÇÃO REVISIONAL.

Acolhe-se os embargos de declaração para suprir omissão no julgamento da apelação quanto à alegação de falta de prova da existência da dívida.

O débito está demonstrado pela juntada do Termo de Adesão ao regulamento do Cartão BNDES e os extratos de débitos lançados com o uso do cartão.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

UNÂNIME."

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega violação ao artigo 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, sustentando, em síntese, além de negativa de prestação jurisdicional, carência de fundamentação pois *"ao opor os embargos de declaração os consumidores destacarão que o acórdão que julgou a anterior apelação cível analisou dois pontos recursais, a saber: a taxa dos juros remuneratórios e a sua capitalização. Não foi analisado, porém, outro fundamento do apelo que, apesar de constar no relatório do acórdão, não foi apreciado por ocasião do julgamento, ou seja, não consta na fundamentação, qual seja: a alegação de inexistência de prova da dívida. Ao julgar os aclaratórios o TJRS reconheceu haver a omissão, mas, mesmo assim, em verdade, não julgou a matéria, porque disse haver documentos mas não analisou a impugnação a estes documentos. "* (e-STJ, fls. 287/288).

É o relatório. Decido.

Verifica-se que não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/15, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

No que tange à alegação da parte recorrente de omissão quanto à

inexistência da dívida. O Tribunal de origem manifestou-se, nos seguintes termos:

"Assiste razão aos embargantes quando dizem haver omissão no julgamento quanto à ausência de comprovação por parte do ré de que lhe é devida a quantia de R\$ 159.176,66, e passo a supri-la. Contudo, não vinga a tese de que não está demonstrado o débito. O autor acostou com a petição inicial o Termo de Adesão ao regulamento do Cartão BNDES devidamente assinado pelos réus e o extrato dos débitos com os lançamentos respectivos (fls. 06-35)." (e-STJ, fls. 280/281)

Vê-se que não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022, do CPC/2015, uma vez que o eg. TJ-RS analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO RECURSAL. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO CONDOMÍNIO. DECISÃO MANTIDA. (...)

2. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1071467/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 17/10/2017 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CONTRATO DE EMPREITADA E FORNECIMENTO DE MATERIAL. MÁ EXECUÇÃO DA OBRA. DANO MATERIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO NOVO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONCLUSÃO ACERCA DA CULPA CONCORRENTE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em violação ao art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), pois o Eg. Tribunal a quo dirimiu as questões pertinentes ao litígio,

afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais. Além disso, não significa omissão quando o julgador adota outro fundamento que não aquele perquirido pela parte.

(...)

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1083279/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017 - grifou-se)

O que se verifica é que a Corte de origem manifestou-se de modo contrário às expectativas dos agravantes, tratando da matéria de forma clara, sendo desnecessárias manifestações adicionais a respeito do tema. Nesse sentido, os seguintes precedentes:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM "HABEAS CORPUS". TRÁFICO DE DROGAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. DECRETO PREVENTIVO REVOGADO. OMISSÕES NÃO VERIFICADAS. PRECEDENTES.

1. Os embargos de declaração objetivam apontar vícios de ambiguidade, omissão, contradição ou obscuridade do "decisum" como preconizado nos arts. 619 e 620, do CPP.

2. O Superior Tribunal de Justiça entende que o acórdão proferido nos limites do pedido, com a devida motivação, não incide em vício passível de saneamento por embargos declaratórios.

3. *Estando os fatos enfrentados e a decisão embargada adequadamente fundamentada, não há confundir omissão com decisão contrária aos interesses do embargante.*

4. Consoante disposto no art. 105, da Carta Magna, o Superior Tribunal de Justiça não é competente para se manifestar sobre suposta violação de dispositivo constitucional, nem sequer a título de prequestionamento.

5. *Embargos de declaração rejeitados"*

(EDcl no HC n. 276.456/SP, Quinta Turma. Rel. **MIN. MOURA RIBEIRO**, DJe de 3/2/2014 - grifo nosso)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ARTIGO 535 DO CPC/73. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. LEGITIMIDADE PASSIVA. TEORIA DA ASSERTÇÃO. TUTELA. ANTECIPAÇÃO. REEXAME. SÚMULAS NS. 7/STJ E 735/STF.

REVALORAÇÃO DA PROVA. PRETENSÃO. REEXAME. NÃO PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, de modo que não há falar em violação do artigo 535 do revogado CPC apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1179223/RJ, **REL. MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 15/03/2017 - grifo nosso)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial. Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 10% para 11%.

Publique-se.

Brasília, 02 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator